

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao primeiro item da pauta.

- “PL 109/2022, do Executivo. Altera a Lei nº 14.977, de 11 de setembro de 2009, quanto aos valores a serem pagos a título de Gratificação por Desempenho em Atividade Delegada aos integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por força de convênio celebrado com o Município de São Paulo. Fase da discussão: 1ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há pareceres sobre a mesa, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Parecer de CCJ + Parecer Conjunto ao PL 109/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lido os pareceres, passemos à discussão.

Em discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a discussão. Passemos ao processo de encaminhamento.

Tem a palavra o nobre Vereador Gilberto Nascimento, para encaminhar a votação.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – Presidente, eu gostaria de encaminhar favoravelmente a esse projeto. Na verdade, é um projeto extremamente razoável e está, de uma maneira muito clara, o que foi lido pelo Vereador Fabio Riva. Tenho a certeza de que os Vereadores e Vereadoras prestaram muita atenção nisso, porque sabemos que as necessidades da cidade de São Paulo estão sendo representadas no voto de cada um de nós, na fala de cada um de nós. Essa é a nossa responsabilidade. Por isso, encaminho o voto favorável a esse projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Obrigado.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, do PSOL.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todas, todos e todes que estão nos acompanhando pela TV Câmara.

A primeira coisa que eu gostaria de falar é que hoje nós não estamos votando em um projeto para a GCM, um projeto que fale da carreira dos Policiais Civis e Militares – até porque estamos na Câmara Municipal -, mas estamos falando de um projeto que trata, especificamente, da Operação Delegada, da bonificação para Policiais Civis e Militares na Operação Delegada.

A primeira questão que gostaríamos de apontar é que quando falamos desses

trabalhadores que estariam trabalhando em suas folgas; e quando falamos de um projeto que já no seu início, a primeira coisa que diz, a própria justificativa do projeto fala que essa lei tem o objetivo de contornar a queda na adesão de policiais militares atividades, estamos evidenciando a precarização com que esses trabalhadores estão sendo colocados na rua. Estão sendo colocados na rua para fazerem a repressão de outros trabalhadores, os trabalhadores informais da cidade.

A primeira atividade que a minha mandata fez quando ganhamos a eleição foi atender o caso de um trabalhador ambulante que foi espancado até ficar desacordado numa Operação Delegada. Bem, será que estamos colocando trabalhadores cansados no seu período de folga, recebendo bonificação para fazer uma operação contra esses trabalhadores informais? Isso para nós é escancarar a política desastrosa que tem sido feita pelo Governo Estadual em relação à segurança pública e o jeito como tem lidado com essa questão.

Vale dizer também que esse problema de segurança pública nós temos visto dia após dia, diariamente inclusive na cidade, e está diretamente ligado às pessoas pretas nesta cidade. Então, mais uma vez, estamos falando de uma operação específica - Operação Delegada -, que faz com que a polícia tenha argumentos cada vez mais fortes para a repressão de determinada parcela da sociedade.

Esse projeto não se trata dos GCMs que estão fazendo segurança nas escolas da cidade, por exemplo. Esse projeto não está falando da segurança que todos os dias ouvimos falar na periferia da cidade nos equipamentos públicos. Não. Esse é um projeto que mais uma vez, frente à pouca adesão da própria polícia, os próprios policiais sabem o quão desumano é trabalhar nessa Operação ganhando pouco no seu período de folga.

Então, por conta também dessa pouca adesão dos próprios policiais se propõe um bônus. É um bônus para a carreira dos policiais civis e militares? É um aumento de salário para os policiais civis e militares? Não. Esse é um bônus especificamente para uma operação que sabemos como atua na periferia da cidade. Adoraríamos - e temos feito essa defesa incansável - votar um projeto que falasse da melhoria de salário dos funcionários

públicos, da GCM, dos próprios funcionários públicos civis e militares. Esses sim merecem que o seu trabalho seja reconhecido.

Mas, não é o caso. Esse projeto na verdade é mais um agravamento da política de segurança pública desastrosa que o Governo Estadual, com o apoio da Prefeitura da cidade de São Paulo, traz para a segurança pública. Isso não vai resolver o problema de estruturação de salário, de estruturação de carreira dos profissionais de segurança pública, dos funcionários públicos de segurança pública.

Não vai resolver o problema do trabalho, porque as pessoas que estão trabalhando como ambulante, vendendo milho na rua ou churrasquinho não são o problema da cidade. O problema da cidade é a falta de trabalho. O problema da cidade é a falta de efetivo da GCM, dia após dia, que vem aqui, inclusive, nesta Casa. A própria GCM vem a esta Casa falar da ineficiência, da falta de funcionários pela qual passa.

Em vez de trabalharmos para que haja mais GCMs, a Prefeitura quer fazer mais bicos para profissionais que já trabalham no limite. A segurança pública tem os profissionais que mais trabalham no seu limite e esses mesmos profissionais são convidados por um valor a mais de dinheiro a trabalharem no seu momento de folga, para fazerem repressão de trabalhadores informais no Centro da cidade na sua maioria.

Esse é um grande problema que esta Casa precisa enfrentar. Fica impossível para a nossa mandata Quilombo Periférico votar favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - Vou retirar minha máscara pois há o distanciamento. Já fiz a higienização. Muito obrigada.

Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde colegas Vereadores, público que nos assiste, esse projeto é um projeto que é vendido como uma coisa, mas fala outra.

Esse projeto está sendo colocado aqui como um aumento da gratificação aos policiais civis e militares que participam da Operação Delegada, está sendo vendido como um aumento de salário, só que esse projeto não é aumento salarial para os profissionais da Segurança Pública, policial civil e policial militar, não é! Essa é a primeira coisa que tem de ser colocada, uma primeira para tirarmos isso do caminho. Então dizer que é aumento de salário, é desonestidade com essa categoria. Esse projeto trata do aumento da gratificação para os que, no seu período de descanso, no seu período de folga, que é direito de qualquer trabalhador, participarem da Operação Delegada.

Agora quero falar um pouco da Operação Delegada. Desde o começo do meu mandato, eu tenho conversado com os profissionais da Guarda Civil Metropolitana, com os GCMs, com o sindicato, e o que a Operação Delegada esconde é a falta de profissionais na Segurança Pública de São Paulo. Não precisaria existir Operação Delegada, que é o Município pagar agente de segurança pública estadual para fazer um trabalho que, se tivesse mais GCM no efetivo, poderia ser feito pela GCM. Essa é a grande questão. É simplesmente isso, a Operação Delegada é um tipo de trabalho, é o trabalho nas ruas, é o trabalho da Guarda Civil Metropolitana, que deveria ser exercido pela GCM. Não faz sentido você pagar a mais para outra categoria! E se tem dinheiro para pagar a mais para outra categoria, então tem dinheiro para contratar mais GCMs! É muito simples, é uma questão de escolha política. Esse é o segundo ponto que eu queria colocar e, por isso, queria também justificar o meu voto contrário a esse projeto.

Também tem um terceiro ponto que é muito delicado. Nós precisamos discutir também seriamente o conteúdo, o que é a Operação Delegada. Para além de ser um método que, para mim, de início, está errado porque coloca um serviço que poderia ser feito pelos GCMs se tivesse GCMs em número suficiente nesta Cidade, o próprio conteúdo dela é muito problemático. Geralmente são operações que visam reprimir os trabalhadores informais, é reprimir o trabalhador de quem está ali, sim, de uma forma muitas vezes informal vendendo na rua, vendendo na calçada porque não tem emprego neste País. Temos de fazer uma discussão séria.

Eu tenho conversado com profissionais de Segurança Pública, tanto do Município, GCM quanto com policiais militares, eu não conheço um que goste de ir numa Operação Delegada, não conheço um que goste de ter de pegar marreteiro, não conheço um que goste de reprimir quem está ali ganhando o pão honestamente porque não consegue emprego neste País. Então nós temos de discutir isso. É muito injusto os profissionais de Segurança Pública serem colocados em uma situação de muita, de muita violência, é muito complicado e é a única resposta que o Estado dá ao trabalhador informal, é a repressão. Hoje para você conseguir um TPU, uma autorização temporária para ser camelô, é um parto, é uma dificuldade! Você conseguir uma licença para ficar dentro da lei vendendo o seu produto na rua, é muito difícil, você tem de pagar um valor alto. Não dá para neste momento de desemprego que estamos vivendo, querer fazer caixa, sendo que a Prefeitura está com caixa recorde em cima da taxa para o camelô conseguir a regularização. Nem sempre dá, ainda mais na situação em que estamos vivendo, nem sempre dá para o trabalhador informal, para o trabalhador que está na rua vendendo, conseguir uma licença, conseguir um alvará. Tem que falar com o fulano da subprefeitura, depois tem de ir na secretaria x, y, é uma peregrinação para conseguir a licença, e não tem como um desempregado conseguir porque quem está no trabalho informal é o desempregado, é a desempregada.

Então são algumas coisas que quero dizer a vocês: primeiro, Operação Delegada é remendo, é consequência da falta de efetivo da GCM - Guarda Civil Metropolitana; segundo, o conteúdo da Operação Delegada tem de ser revisto, não dá que a única resposta que o Estado dá ao trabalhador informal seja a repressão!

É isso! Obrigada, Presidente.

Mais uma vez, reiterando, o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Sr. Presidente, Srs.

Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, estamos discutindo o projeto que trata de uma remuneração extra para os policiais civis e militares, de uma operação específica chamada Operação Delegada.

Na verdade, ao nosso ver, é um bico oficial colocado para esses policiais fazerem nas suas horas de folga, ou seja, depois do trabalho extensivo, inclusive, intenso, que esses policiais fazem. Na hora de folga eles iriam trabalhar na Operação Delegada quando receberiam um extra. É a oficialização do bico.

Em primeiro lugar, nós somos contrários que os trabalhadores das forças policiais trabalhem para além da sua jornada, porque já é um serviço estressante e estafante e eles teriam de trabalhar mais para poder sobreviver. Isso significa que os salários dos policiais militares e civis é muito baixo.

Na verdade, nós deveríamos estar discutindo o reajuste de salário para que esses policiais não precisassem fazer bico nas suas horas de folga. Horas de folga são para descansar, não para trabalhar mais ainda, ficando mais exausto, como consequência ele prestará um serviço ruim.

A primeira coisa, não é um projeto que beneficia os policiais militares nem civis. Porque é um projeto que, na verdade, oficializa o bico porque eles têm um salário muito baixo.

A Polícia Militar de São Paulo é a que paga menos no Brasil. Oferece um salário extremamente baixo, que os força a fazer bicos. Na verdade, esse é um bico oficializado, que fez um convênio com a Prefeitura de São Paulo. É por isso que nós estamos debatendo o projeto no âmbito da Câmara Municipal. É um convênio para um tipo específico de operação.

Para além desses problemas trabalhistas que falei aqui, que têm a ver com jornada de trabalho e salário dos policiais, também há o problema do próprio caráter da Operação Delegada. Nós sabemos que a Operação foi criada para reprimir trabalhadores ambulantes, que estão no comércio informal na cidade de São Paulo.

Nós vimos isso com muita preocupação, porque os dados, vídeos e fatos nos mostram que essa Operação Delegada serve sim para reprimir trabalhadores que estão numa situação extremamente precarizada.

Primeiro, a crise econômica no nosso país e na nossa cidade é gigantesca. As pessoas estão sem emprego, sem renda e aderindo ao comércio informal, vendendo água, refrigerante, tudo que for possível, para poder sobreviver e levar o pão para sua casa.

Acontece que esses policiais, que também estão em situação extremamente precarizada, porque são obrigados a fazer bico, nas horas de folga, vão lá para reprimir os outros trabalhadores em situação idêntica.

Portanto, pode-se concluir que é trabalhador precarizado reprimindo trabalhador precarizado. Por isso, nós somos contra o caráter dessa Operação Delegada, porque somos contra que o problema dos ambulantes seja resolvido com repressão. Somos contra repressão, os ambulantes têm de poder trabalhar.

Ainda mais, é preciso ampliar a área de trabalho dos ambulantes para que atuem de forma legal, com carteirinha para identificação pessoal, inclusive, a emissão desse documento deve ser gratuita, porque muitos não têm como fazer o pagamento da mensalidade e outras taxas. São medidas que não podem ser resolvidas com repressão policial. Ainda mais se aproveitando do fato de que muitos policiais acabam indo para o projeto para ganhar um pouco a mais.

Houve um caso emblemático, muito triste, de um trabalhador informal, chamado Geova de Oliveira Lima, de 48 anos, brutalmente agredido durante ação da Operação Delegada. O ambulante, dono de um carrinho de açaí, foi asfixiado por policiais que colocaram o joelho e cassetete no seu pescoço. Ele não conseguia respirar. Chegou a sangrar pela boca e desmaiou. O momento foi registrado em vídeo pelas pessoas acabou viralizando nas redes sociais. É contra esse tipo de coisa que nos manifestamos, por isso, o voto nosso da Bancada Feminista do PSOL é contrário a esse projeto de remuneração extra para Operação Delegada.

Frisando ainda, não somos contra que haja aumento para os policiais tanto civis

como militares, mas não dessa forma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara São Paulo, gostaria de registrar minhas razões de voto em relação ao PL 109/22, que trata da Gratificação por Desempenho em Atividade Delegada aos integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Nós, membros do Partido dos Trabalhadores, não poderíamos nos opor a uma forma de complementação de renda para servidores públicos. Temos como princípio a valorização do serviço público, e o aumento real de rendimento dos servidores públicos. É nosso dever que possamos apoiar os trabalhadores da Segurança Pública para que possam elevar seus rendimentos e consequentemente seu padrão de vida.

A Operação Delegada tem como objetivo oficial combater o comércio de ambulantes irregulares nas ruas da capital. Há muitos anos, tenho como uma das prioridades do meu mandato, a atenção aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes da nossa cidade. O trabalho ambulante é uma estratégia fundamental de sobrevivência de muitas famílias pobres na nossa cidade.

Porém, o que vemos é que a Prefeitura tem feito muito pouco por esses trabalhadores. Pelo contrário, tem impedido sistematicamente o avanço de medidas de beneficiem a categoria. Um exemplo que deixa isso muito claro é que a Prefeitura conseguiu viabilizar com facilidade a isenção das taxas de TPU de bares e restaurantes da nossa cidade durante a pandemia, mas não consegue garantir a isenção da TPU dos trabalhadores ambulantes, mesmo nós vereadores já tendo votado duas leis nesse sentido.

Os trabalhadores ambulantes são cidadãos, moradores da nossa cidade, e que diante desse contexto de pandemia, sofreram muito gravemente os efeitos das medidas

de isolamento. É por extrema necessidade que esses trabalhadores ocupam as ruas, especialmente para garantir o sustento de suas famílias, colocando-se em risco à contaminação e disseminação da Covid-19 e sujeitos à forte repressão estatal.

O relato que temos é justamente que violência policial teve um aumento significativo contra esses trabalhadores, tanto pela quantidade de apreensões feitas pela fiscalização, como pelo alto grau de brutalidade praticada, especialmente na Operação Delegada. São inúmeros os vídeos, como bem salientou a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista, de ambulantes registrando estas violências circulando pelas redes sociais, muitas vezes, contra mulheres e na presença de crianças.

Será que a alternativa para o povo trabalhador da nossa cidade é a violência? Será que o papel da Prefeitura é somente reforçar a estrutura de repressão a esses trabalhadores? Por essa razão, não poderia deixar de registrar meu protesto sobre como essa prática vem sendo feita pelos agentes da polícia que hoje já desempenham essa função.

Gostaria de sugerir, prezada Presidente Érica Hilton da Comissão de Direitos, avalio de que seria interessante nós realizarmos uma audiência pública com os representantes da Polícia Civil, Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana, para saber como é que tem havido situações de abuso de violência, desrespeito para como os seres humanos, homens e mulheres que trabalham como ambulantes. Fica aqui a sugestão para que, ainda mais diante da apreciação e votação desse projeto, avalio que a nossa responsabilidade sobre esse assunto fica maior ainda, então, fica a sugestão aqui para nossa Comissão. O mais importante é que a Prefeitura possa de vez levar adiante políticas de atenção ao trabalhador ambulante de nossa cidade para que a repressão não vire um fim em si mesmo e que possa oferecer alternativas efetivas para os ambulantes de nossa cidade. Tanto isso é verdade, prezado o líder Fabio Riva, que até hoje nem o Secretário Modonezi, nem o secretário Guilherme Bueno, conseguiram fazer chegar a isenção de TPU aprovada por nós ao trabalhadores ambulantes.

Eu aqui peço o compromisso do Vereador Fabio Riva para que nos ajude a

fazer essa pauta para avançar no Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Muito obrigado, Presidente Vereador Milton Leite, quero cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Câmara São Paulo e leitores do Diário Oficial, os pares presentes, estamos diante de um tema que foi discutido e debatido lá em 2009, quando foi instituída a Operação Delegada na cidade de São Paulo, através da Lei 14.977 de 11/09/2009. Ali se instituiu a Operação Delegada, então foram discutidos os aspectos, os pontos favoráveis, os pontos contrários, porém foi instituída a Operação Delegada, no meu ponto de vista, em todos os pontos de lá para cá fez uma atuação importante, tanto através da Polícia Civil, quanto a Polícia Militar como também através da própria Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo.

Quero registrar que, no dia 17/12/2021, esse plenário aprovou o reajuste da Operação Delegada para Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo, dentro do projeto de lei, dentro do PL 101/2012, que passou a elevar a hora da Operação Delegada da Guarda Civil Metropolitana, de 22.66 para 29.09, naquela oportunidade. E os níveis 1 e 2 para 34.91. Então isso nós votamos para atender a reivindicação naquela oportunidade para Guarda Civil Metropolitana, para GCM, nessa data, que foi exatamente 17/12/2021.

Hoje a Operação Delegada na cidade de São Paulo, envolvendo a todos, transformou-se na lei 17.730/ 2021. Pois bem, dito tudo isso, e até para dialogar e corroborar com o que disse o grande líder Vereador Suplicy, sempre Senador Eduardo Suplicy, nós, em hipótese alguma, podemos votar contra, ou fazer um movimento contrário a qualquer reajuste a um trabalhador. Não importa qual o seu segmento: se é a Guarda Civil Metropolitana, se é a Polícia Civil, se é a Polícia Militar, se é um educador, se é um profissional da zeladoria da cidade de São Paulo, se é um professor, ou qualquer outro que

seja.

Jamais, eu, Vereador Senival Moura, votarei contrário a qualquer aumento de remuneração por menor que seja, ou maior, para qualquer trabalhador nessa cidade. Nós sempre deveremos votar a favor do aumento da remuneração da comunidade trabalhadora, em qualquer setor, aí no segmento da iniciativa privada, ou no setor público, não importa.

O trabalhador tem que ser sempre privilegiado. Aliás, nem privilegiado, mas tratado de forma justa, pois se trata de sua luta pela sobrevivência. Aí, não importa em que setor ele trabalha.

Então, registro que votarei favoravelmente ao projeto e recomendo o voto favorável ao Partido dos Trabalhadores. Essa é minha opinião. Já dialogamos e tratamos disso e recomendamos voto favorável ao projeto. Porém, Presidente, recomendo que a votação seja feita nominalmente, medida prudente até pela discussão que está havendo.

Antes de terminar, quero trabalhar do caso de uma mãe que ligou para a Liderança do Partido dos Trabalhadores fazendo uma reclamação e um questionamento. Farei a leitura da denúncia publicada na *Folha de S.Paulo* e, posteriormente, apresentarei o áudio da mãe das crianças reclamando sobre a situação e o tratamento dispensado na escola.

A matéria é intitulada “Alunos com deficiência sofrem com a falta de apoio nas escolas de São Paulo, dizem pais.” Segundo a professora, há 18,2 mil estudantes com deficiência e 4 mil funcionários para auxiliá-los na cidade de São Paulo. Esses números são de março de 2022.

“Pais de alunos com deficiência relatam que os filhos estão com dificuldades de acompanhar as aulas, neste começo de ano letivo, em razão da falta de agentes que os auxiliem durante atividades, locomoção, higiene e alimentação na rede municipal de São Paulo.

(...)

Em nota à reportagem, a Secretaria Municipal de Educação (SME) diz que está com processo seletivo para recrutar até 6 mil estagiários - estudantes de pedagogia e licenciaturas como letras, matemática, geografia, história, educação física, inglês e artes - para auxiliarem os professores nas turmas em que há estudantes com deficiências ou transtornos do espectro autista (TEA).

A principal queixa dos pais é justamente a de falta de professores de apoio e acompanhamento à inclusão, professores de atendimento educacional especializado, auxiliares de vida escolar e estagiários do programa Aprender sem Limites.

Segundo a secretaria, as instituições administradas pela Prefeitura de São Paulo recebem 18,2 mil alunos com deficiência, entre crianças e adultos, e contam com uma rede de 4.000 funcionários designados para atendê-los.

Ao comparar esses números, Carolina Videira, especialista em educação inclusiva e fundadora da ONG Turma do Jiló, diz que existe discrepância entre a quantidade de alunos e o contingente de funcionários na rede municipal. 'Não é uma mensuração tão simples de ser feita, há alunos com deficiência e autonomia, mas outros que precisam deste auxiliar o tempo todo, desde a chegada ao prédio da escola às atividades com os materiais', afirma Videira. (...)"

Peço agora à Assessoria Técnica da Mesa que, por gentileza, disponibilize o áudio da mãe, a que me referi.

- Transmissão de áudio.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Olhe aí, Sr. Presidente, a gravidade. Quem separou? Houve uma ligeira confusão acontecendo entre as crianças. Foram as próprias crianças. Olhem a irresponsabilidade. Olhem o grau em que chegamos às escolas municipais. Eu acho que têm que dar um basta em tudo isso.

Isso nos preocupa muito. Se está nesse nível, dentro das escolas, então significa que é preciso contratar profissionais de Educação e de Segurança. Nós estamos

falando aqui também da operação delegada. Se houvesse profissionais ou a própria Guarda Civil Metropolitana, um efetivo correspondente com a sua necessidade, na cidade de São Paulo, certamente não estaríamos aqui discutindo a operação delegada, porque estariam lá as pessoas para poder exercer aquela função.

Então fica aqui registrada a opinião do Vereador Senival Moura. Recomendo o voto favorável pela bancada; porém, Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Concluído o processo de encaminhamento de votação.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Darei a palavra a V.Exa. em seguida, nobre Vereador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Agora, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nobre Vereador, a Presidência está com a palavra. Eu lhe darei a palavra no momento oportuno,

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – O momento oportuno é depois da votação?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nobre Vereador, eu não disse que vou votar antes de dar a palavra, pela ordem, a V.Exa. Eu darei a palavra logo.

Nós votaremos o PL 109/2020 pela forma nominal, pelo sistema virtual misto, quando os Srs. Vereadores poderão votar, no sistema virtual.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, já vai a votos sem a minha argumentação? Já vai a votos sem a minha argumentação?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Eu não levei a argumentação ainda, nobre Vereador. Só estou dizendo da forma, para tranquilizar a Casa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Calma, nobre Vereador.

Nós votaremos, na forma nominal, sempre ressaltando que os Vereadores presenciais podem votar na forma nominal aqui, pelo microfone, ou digital aqui presente; ou pelo sistema híbrido, na forma de voz ou imagem.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, queria argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nobre Vereador, V.Exa, pediu a palavra pela ordem. O Presidente precisa concluir o raciocínio. Concluído o raciocínio da Presidência, eu dou a palavra, pela ordem, a V.Exa.

Qual é a questão de ordem, nobre Vereador?

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, V.Exa. deu a palavra, ou vai a votos?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nobre Vereador, V.Exa. pediu a palavra pela ordem.

Estamos em processo de votação.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Estamos no processo de votação, nobre Vereador.

Qual é a questão de ordem, nobre Vereador?

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Vamos a votos, Sr. Presidente.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, quero constar o nome do Vereador Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o PL 109/2022, do Executivo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”. Pelo painel eletrônico.

- Inicia-se votação nominal de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Eu voto “sim” e encaminho “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Marcelo Messias vota “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Fabio Riva vota “sim” e encaminha voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) – (Pela ordem) – Rute Costa vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RUBINHO NUNES (PODE) – (Pela ordem) – Rubinho Nunes vota “sim”.

O SR. ISAC FÉLIX (PL) – (Pela ordem) – Isac Félix vota “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Rinaldi Digilio vota “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sidney Cruz vota “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – (Pela ordem) – Gilberto Nascimento, “sim”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Adilson Amadeu vota “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) – (Pela ordem) – Rute Costa vota “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – (Pela ordem) – Fernando Holiday vota “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Marlon Luz vota “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Atílio Francisco vota “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Thammy Miranda vota “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (PSD) – (Pela ordem) – Felipe Becari vota “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sandra Santana vota “sim”.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, o Missionário José Olímpio vota “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Rodrigo Goulart, “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sidney Cruz vota “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Marlon Luz vota “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – (Pela ordem) – Fernando Holiday vota “sim”.

O SR. DR. ADRIANO SANTOS (PSB) – (Pela ordem) – Adriano Santos vota “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, Isac Felix vota “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) – (Pela ordem) – Gilson Barreto vota “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) – (Pela ordem) – A pedido do Vereador Senival, Xexéu Tripoli vota “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Rinaldi Digilio vota “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – André Santos, “sim”.

O SR. DANIEL ANNENBERG (PSDB) - (Pela ordem) - Daniel Annenberg vota "sim".

A SRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) - Sandra Tadeu vota "sim".

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) - Sansão Pereira vota "sim".

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) - (Pela ordem) - Eli Corrêa vota "sim".

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) - Eduardo Supply vota "sim".

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) - Fabio Riva vota "sim".

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) - Danilo vota "sim" novamente.

O SR. DR. ADRIANO SANTOS (PSB) – (Pela ordem) – O Dr. Adriano Santos vota “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) - Milton Ferreira vota "sim".

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) - Edir Sales vota "sim".

O SR. FARIA DE SÁ (PP) - (Pela ordem) - Faria de Sá vota "sim".

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) - Elaine do Quilombo vota "não"

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) - Aurélio Nomura vota "sim".

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) - (Pela ordem) - Silvia da Bancada Feminista vota "não".

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) - Delegado Palumbo vota....

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) - (Pela ordem) - Erika Hilton vota "não".

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) - Jair Tatto vota "sim".

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) - Alessandro Guedes vota "sim".

A SRA. ELY TERUEL (PODE) - (Pela ordem) - Ely Teruel vota "sim".

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) - Senival mandou votar sim, é "sim".

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) - Luana Alves vota "não".

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - (Pela ordem) - Donato "abstenção".

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Eu pediria para o Vereador Jair Tatto - Vereador Jair Tatto - e Vereadora Ely Teruel confirmarem o voto. Vereadores Jair Tatto e Ely Teruel, por favor, confirmar o voto.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) - Positivo, Presidente, Jair Tatto vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Obrigado Vereador Jair.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Vereadora Juliana Cardoso "abstenção".

A SRA. JANAINA LIMA (NOVO) - (Pela ordem) - Janaína Lima vota "sim".

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) - Presidente, meu voto está certo no painel? Está registrado no painel meu voto?

A SRA. ELY TERUEL (PODE) - (Pela ordem) - Presidente, Ely Teruel vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - O voto da Vereadora Edir já está computado.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) - George Hato...

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Vereadora Ely Teruel confirmou "sim".

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (Pela ordem) - A Vereadora Edir Sales votou "não"?

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Arselino Tatto vota "sim", criticando a política do Governador Dória, mas tudo que a Câmara possa fazer para melhorar o salário dos policiais, fará.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) - O que a Edir Sales aí, senhores?

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - E eu quero que a Guarda Civil Metropolitana entre nesse projeto. Agora, votar contra ou se abster eu acho que é meio complicado. Obrigado.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) - Eu também tenho esse pleito, viu, nobre Vereador Jair Tatto, eu também tenho esse pleito.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO - (Pela ordem) - Vereadora, é Arselino Tatto.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Expirado o tempo de votação, passemos à proclamação do resultado.

Votaram “sim” 43 Srs. Vereadores; “não”, 4 Srs. Vereadores; abstiveram-se de votar 2 Srs. Vereadores. Total de votos: 49. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Tem a palavra, para declaração de voto, a nobre Vereadora Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – Sr. Presidente, já foi dito aqui pelas minhas Colegas e pelos Srs. Vereadores e Vereadoras que me antecederam sobre a violência praticada por parte da Operação Delegada contra os trabalhadores informais, que são os mais precarizados e que precisam trabalhar para sobreviver, para levar o sustento para suas casas e famílias.

Nós vamos votar contrariamente porque não entendemos esse projeto como valorização do servidor. O que nós entendemos é que esse projeto apresentado não tem nada de valorização do servidor, não tem nada de respeito ao trabalhador, que, no seu de folga, vai sair de sua casa para tirar o trabalho de outras pessoas. Se isso, de fato, é agradável a algum desses trabalhadores, nós temos um problema, mas me parece que essa não é a realidade. O que parece é que a Operação Delegada é uma operação para fortalecer a mão de ferro com a qual Prefeito Ricardo Nunes tem atuado contra os trabalhadores ambulantes, contra os trabalhadores informais e contra a população em situação de rua.

Nesta tarde, nobres Vereadores, nós deveríamos estar discutindo a valorização da Guarda Civil Metropolitana, um reajuste salarial para essa categoria e não como a máquina pública vai ser usada contra aqueles que precisam trabalhar. Nós não precisamos de Operação Delegada, mas de oportunidades, como a sugestão que o nobre Vereador Eduardo Suplicy fez que será, sim, levada até a Comissão de Direitos Humanos, porque, como relatado, o Sr. Geova Oliveira, trabalhador informal de 48 anos, foi brutalmente agredido durante uma ação da Operação Delegada. O ambulante dono de um carrinho de